

**Sucessão na Unicamp**

## **Por que a reitoria Fernando Costa não quer que trabalhadores fiscalizem a consulta?**

*Administração solicita fiscais, STU indica e reitoria não garante liberação de servidores*  
*\* Antes de votar não deixe de assistir aos novos vídeos disponibilizados pelo STU com a íntegra dos debates promovidos pelas entidades e os posicionamentos dos reitoráveis sobre a plataforma dos trabalhadores, em <[www.stu.org.br](http://www.stu.org.br)>.*

A consulta à comunidade universitária para a sucessão do reitor Fernando Costa começa nesta quarta-feira (6) afrontando mais uma vez a democracia. Atendendo solicitação feita pela Comissão Organizadora, o STU encaminhou uma lista de dez servidores que se dispuseram a acompanhar o processo como fiscais. A reitoria, no entanto, negou a liberação de ponto desses trabalhadores, inviabilizando na prática que a categoria possa exercer o direito de fiscalização da lisura na coleta de votos.

O STU segue cobrando respeito às regras, estabelecidas pela própria Universidade, que prevêem a fiscalização. E questiona publicamente:

**Por que a reitoria não quer que os trabalhadores fiscalizem o processo? Qual é o temor da reitoria?**

Desde antes do início do processo o STU já denunciava o modelo anacrônico da consulta - que reserva de fato ao governador a nomeação de quem vai comandar a Universidade pelos próximos quatro anos, limita a possibilidade de candidaturas aos professores MS-6 e dá a funcionários e estudantes um peso mínimo no processo de composição da lista triplíce. Mesmo assim, para buscar ampliar a discussão sobre a sucessão, o sindicato realizou uma rodada de sabatinas com a participação de todos os candidatos - cujos vídeos foram publicizados para toda a Universidade. Também foram divulgadas no **Jornal do STU** as propostas dos quatro reitoráveis sobre temas de interesse dos servidores. E, na semana passada, foram realizados debates entre os reitoráveis e seus candidatos a vice.

O evento da última sexta-feira (1º de março) lotou o Centro de Convenções da Unicamp, com trabalhadores dispostos a ouvir as propostas sobre políticas de avaliação para docentes e funcionários, inclusão social na Universidade, avaliação da gestão Fernando Costa, revisão dos estatutos da Unicamp, permanência estudantil e outros temas.

**O sindicato não apoia nenhum**

**candidato**, pois acredita que independente de quem será o próximo reitor, o mais importante é garantir a capacidade de mobilização para fazer valer de fato as promessas de campanha. Mas a entidade facilitou a circulação das informações, disponibilizando todos os seus meios de comunicação para contribuir com a participação consciente da categoria e do conjunto da comunidade universitária. Na opinião da diretoria do sindicato, isso é parte do processo democrático, que mais uma vez não está sendo garantido pela reitoria.

### **Debates e respostas à plataforma no site do STU**

Até o fechamento desta edição apenas os professores José Geromel e Mario Saad responderam ao ofício encaminhado pelo sindicato solicitando o posicionamento dos quatro reitoráveis sobre a plataforma aprovada pela categoria na assembleia de 13 de novembro do ano passado. As respostas estão no site do STU. Também estão na página do sindicato na internet os vídeos dos debates promovidos pelo STU, a Adunicamp e o DCE entre os reitoráveis (no dia 1º/3) e entre os candidatos a vice-reitor (no dia 27/2). Não deixe de conferir antes de votar.

## **Dia 9 tem ato do Dia Internacional da Mulher em Campinas**

O ato em homenagem ao Dia Internacional da Mulher em Campinas acontece no próximo dia 9 de março (sábado), a partir das 9 horas na Praça da Catedral. O STU, uma das entidades organizadoras da manifestação, convoca mais uma vez todas as trabalhadoras e trabalhadores da categoria a ocupar as ruas da cidade pela garantia de direitos e o pelo fim da violência contra a mulher, um dos temas centrais do protesto deste ano.

Segundo o Mapa da Violência 2012 do Instituto Sangari, que contabiliza os assassinatos de mulheres no Brasil, nos 30 anos decorridos a partir de 1980 foram assassinadas no país perto de 91 mil mulheres, 43,5 mil só na última década. Ainda essa semana novos dados sobre o assunto deverão ser divulgados com o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência Contra as Mulheres do Senado Federal.

Em Campinas essa situação não é diferente. De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública, só em 2012 foram registradas 3108 agressões e 265 estupros em Campi-

nas. Esses números, no entanto, não refletem nem de longe a realidade das mulheres campineiras, visto que 60% das vítimas de violência não denunciavam o caso por medo ou vergonha. Isso sem contar que a região metropolitana tem apenas uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) que funciona em tempo reduzido.

Para o movimento feminista, é preciso lutar por mais delegacias da mulher em Campinas e para que estas funcionem 24 horas. Também é im-

portante aprovar o projeto que obriga as empresas a disponibilizar ônibus exclusivos para mulheres nos horários de pico e garantir os investimentos necessários em políticas de combate à violência sexista. Entretanto, essa realidade só pode ser transformada a partir do protagonismo da mulher trabalhadora no combate à opressão machista e à superexploração capitalista. Participe! Divulgue no seu local de trabalho.

**Lugar de mulher é na luta!**

### **Luta feminista na Unicamp**

Além da participação no ato unificado, que se consolida como uma tradição em Campinas, o STU realizará no dia 8 uma panfletagem em conjunto com o DCE, a partir do meio-dia no bandeirão. O material trará informações sobre a realidade das mulheres no mundo, no Brasil e na Unicamp.

Na preparação do Dia Internacional da Mulher, o sindicato também publicou um **Boletim do STU Especial**, no último dia 27.



## **Governo federal negocia liberar mais verbas para planos de saúde**

O jornal "Folha de S.Paulo" publicou no último dia 27 uma reportagem sobre as negociações entre o governo federal e as administradoras de planos de saúde para a criação de um pacote de medidas de estímulo ao setor em troca de garantias de melhoras no atendimento. O pacote, que ainda não foi fechado, deve in-

cluir redução de impostos, liberação de verbas para melhoria da infraestrutura hospitalar e a solução da dívida das Santas Casas. Com essa medida, o Governo Dilma, que reúne quase diariamente à portas fechadas com empresários, mas é incapaz de atender os movimentos sociais, como ficou evidente nas últimas

semanas no caso do Assentamento Milton Santos, deve direcionar mais uma vez os recursos públicos que deveriam financiar o Sistema Único de Saúde (SUS) para as mãos da iniciativa privada. As negociações ainda se dão em caráter sigiloso, mas evidenciam as prioridades governamentais.